

Violência conjugal: prevalência e fatores associados

Intimate partner violence: Prevalence and associated factors

Patrícia Manozzo Colossi

Faculdades Integradas de Taquara. Av. Oscar Martins Rangel, 4500, ERS115, 95600-000, Taquara, RS, Brasil. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil. pmcolossi@gmail.com

Josiane Razera, Karla Rafaela Haack, Denise Falcke

Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93022-000, São Leopoldo, RS, Brasil. josianerazera@yahoo.com.br, krh.psi@gmail.com, dfalcke@unisinos.br

Resumo. A violência na conjugalidade é tema de grande relevância em diferentes contextos, dada a magnitude da prevalência em todo o mundo. O presente estudo, quantitativo, teve o objetivo de descrever a violência no casal, bem como analisar possíveis correlações com variáveis sociodemográficas. Participaram 186 casais (n= 372), residentes da região metropolitana de Porto Alegre (RS), casados oficialmente ou em coabitação, selecionados por conveniência, caracterizando uma amostragem por “bola de neve”. Para a coleta de dados, foram utilizados um questionário de dados sociodemográficos e a *Revised Conflict Tactics Scale* (CTS-2), para identificação das diferentes expressões de violência entre cônjuges. Foram realizadas análises estatísticas inferenciais descritivas, para verificar o comportamento das variáveis. Dentre os principais resultados, destacam-se a prevalência de 2,74% de coerção sexual grave cometida pelos homens e de 86,59% de agressão psicológica cometida pelas mulheres. Os resultados obtidos corroboram estudos anteriores, que afirmam que homens exercem predominantemente a violência sexual, ao passo que mulheres usam preponderantemente a agressão psicológica. Destaca-se maior prevalência da violência em casais jovens, economicamente menos favorecidos, com menores níveis de religiosidade e que somente moram juntos, não tendo oficializado a união. Conclui-se que a violência é um fenômeno de grande complexidade, que exige atenção dos profissionais de saúde.

Palavras-chave: conjugalidade, violência, violência conjugal.

Abstract. Marital violence is a very important topic in different contexts, given its high prevalence worldwide. The aim of the present quantitative study was to describe violent marital relationships and analyze correlations with sociodemographic variables. 186 couples (N=372) participated in this study. All couples reside in the metropolitan area of Porto Alegre (RS), are officially married or live together. Snowball sampling was used to select the subjects. A sociodemographic questionnaire was used to collect data, as well as the *Revised Conflict Tactics Scale* (CTS-2), to identify the different expressions of violence within the marital relationship. For data analysis all information was entered in the SPSS program (20.0) and descriptive statistics was performed in order to check variables. Among the most important results, male

sexual coercion stands out at 2.74%, with psychological violence practiced at 86.59% by women. The results obtained corroborate previous studies which showed men using predominantly sexual violence and women using predominantly psychological violence. This study highlights a higher prevalence of violence among young couples, with a low level of religiosity and low income couples, and who live together but are not officially married. It is concluded that violence is a complex phenomenon which requires attention from health professionals.

Keywords: conjugality, violence, intimate partner violence.

Introdução

A violência na conjugalidade é entendida por Anacleto *et al.* (2009) como a ocorrência de algum dano físico, psicológico e/ou sexual ocasionado por um dos parceiros de uma relação conjugal. É um tema que tem despertado o interesse de pesquisadores, considerando o sofrimento que causa em todos os envolvidos nos contextos conjugais/familiares violentos (Alves *et al.*, 2012; Pinheiro *et al.*, 2012; Santos e Costa, 2004).

As pesquisas sobre a violência e seu contexto têm se intensificado desde a segunda metade do século XX, quando pesquisadores deram início ao mapeamento do fenômeno e possibilidades de intervenção (Casimiro, 2008; Kaye *et al.*, 2006; Kim *et al.*, 2008; Lira e Méndez, 2008; Martínez e Marín, 2009; Trindade *et al.*, 2008; Vatnar e Bjorkly, 2009). Tornou-se um problema de grande magnitude, causando preocupação nos campos acadêmicos e sociais pelo expressivo número de pessoas envolvidas no fenômeno e que, por vezes, não encontram recursos para sair desta realidade de sofrimento (Falcke *et al.*, 2009; Santos e Costa, 2004).

Já no ano de 1999, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou resultados de uma pesquisa que teve como foco analisar a resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar, revelando que 11% dos entrevistados afirmaram ter sofrido violência por parte do companheiro em algum momento da vida. Estudos de prevalência apontam, a partir de uma investigação de gênero, que pelo menos uma em cada três mulheres foi vítima de algum tipo de violência durante a vida, sendo que entre 40% e 70% dos homicídios com vítimas mulheres são praticados por seus companheiros afetivos, evidenciando o caráter endêmico na população mundial (Day *et al.*, 2003; Paiva e Figueiredo, 2004; Soares, 2006; Rosa *et al.*, 2008). No Brasil, estudos epidemiológicos estimam que entre 26% e 34,5% das

mulheres vivenciam algum tipo de violência por parte de seus companheiros (Bruschi *et al.*, 2006; Lamoglia e Minayo, 2009; Miranda *et al.*, 2010; Vieira *et al.*, 2011). O estudo de Mathias *et al.* (2013), realizado com 2.379 mulheres de 18 a 60 anos, usuárias das Unidades Básicas de Saúde (UBS) do Estado de São Paulo, revela índices ainda maiores, apontando a prevalência de 55,7% de mulheres agredidas em seus relacionamentos amorosos.

Cabe ressaltar que os estudos acerca da violência conjugal costumam referir a violência física praticada entre cônjuges, especialmente do homem contra a mulher, em uma clássica perspectiva de gênero, responsabilizando o homem pelas ações violentas e colocando a mulher como vítima que precisa de proteção e cuidados (Casimiro, 2008; Guimarães *et al.*, 2007; Kaye *et al.*, 2006; Kim *et al.*, 2008; Lira e Méndez, 2008; Martínez e Marín, 2009; Rosa *et al.*, 2008; Trindade *et al.*, 2008; Vatnar e Bjorkly, 2009).

Considerando outros achados, Williams e Frieze (2005) referem que o casal pode ser mutuamente agressivo. Além disso, pesquisas revelam que, em muitos casos, homem e mulher podem agredir-se de diferentes maneiras (Colossi e Falcke, 2013; Lamoglia e Minayo, 2009). No caso da violência física, o homem é apontado como agressor predominante (Dantas-Berger e Giffin, 2005; Lira e Méndez, 2008; Martínez e Marín, 2009; Tichy *et al.*, 2009; Trindade *et al.*, 2008), ao passo que, quando a violência conjugal assume a manifestação psicológica, caracteriza-se por um fenômeno de maior trânsito entre os sexos (Colossi e Falcke, 2013; Dantas-Berger e Giffin, 2005; Follingstad e Edmundson, 2010). Esses dados são contestados por Straus (2008), que, investigando a violência física em 13.601 universitários de 32 países, identificou a violência bidirecional como a mais prevalente no casal. Os achados apontam para a compreensão da violência conjugal como um fenômeno dinâmico, em que as posições de agressor e vítima não são necessariamente

mente estáticas, já que o mesmo parceiro pode ora agredir, ora sofrer a violência, assumindo as duas posições, conforme a situação que se estabelece. Perspectiva semelhante assumem autores como Bates *et al.* (2013) e Bernards e Graham (2013), que também destacam características de bidirecionalidade da violência conjugal. Nesse sentido, ainda que aspectos da cultura patriarcal devam ser considerados na compreensão do fenômeno, a violência na conjugalidade é referida, por muitos autores, como uma ação interacional em que marido e mulher são coautores da história conjugal, tornando, assim, a teia da violência (Anacleto *et al.*, 2009; Colossi e Falcke, 2013; Dantas-Berger e Giffin, 2005; Falcke *et al.*, 2009; Guimarães *et al.*, 2007).

A manifestação da violência pode ocorrer de diversas formas, expressando-se através de xingamento, humilhação, aviltamento, intimidação, controle, isolamento, ciúme patológico, indiferença às demandas afetivas, ameaça e situação de abuso físico e/ou sexual (Hirigoyen, 2006). Sujeitos envolvidos em contextos violentos podem apresentar danos físicos que surgem como consequência da violência, mas principalmente problemas psicológicos como ansiedade, medo, entre outros sintomas depressivos (Monteiro e Souza, 2007; Schreiber *et al.*, 2009). A agressão psicológica, a mais presente nesses relacionamentos, é favorecedora de uma relação de desqualificação, bem como da formação de um lado perverso da relação, com exigências e submissão de ambos (Levy e Gomes, 2008). Para Cortez *et al.* (2010), é importante pensar na dinâmica que o casal estabelece entre si, sendo, às vezes, um jogo de forças de ambos, o que reforça os dados anteriormente apresentados.

É importante referir que a violência pode ocorrer com casais de qualquer classe social, tempo de relacionamento, idade dos cônjuges, condições econômicas, descendência étnica e/ou orientação sexual. Não se pode definir a origem dos desentendimentos, pois diferem entre as realidades conjugais, contextos sociais e culturais (Silva *et al.*, 2011).

Por tratar-se de um fenômeno complexo e multifacetado, torna-se importante o desenvolvimento de pesquisas que contemplem diferentes métodos e delineamentos, voltadas à compreensão e ao desenvolvimento de ações para a redução da violência nas relações amorosas e na família (Basham, 2008; Cornelius *et al.*, 2009; Colossi e Falcke, 2013). Neste sentido, o presente estudo foi conduzido com vistas a

descrever o fenômeno da violência em casais, bem como analisar possíveis correlações com variáveis sociodemográficas. Acredita-se que os resultados dessa pesquisa possam, no futuro, favorecer o estabelecimento de estratégias de intervenção.

Método

Participantes

Participaram desta pesquisa, quantitativa, descritiva, comparativa e correlacional, 186 casais heterossexuais ($n=372$) selecionados por conveniência, por indicação de conhecidos e dos próprios participantes, formando assim uma amostragem por "bola de neve". Eram residentes da região metropolitana de Porto Alegre (RS), casados oficialmente ou em coabitação. A idade variou de 19 a 81 anos ($m=39,92$; $dp=12,62$) e o tempo de relacionamento variou de um a 56 anos ($m=14,81$; $dp=11,69$). A renda pessoal foi de zero a 45 mil reais ($m=3.541,98$; $dp=4218,23$), e do total de participantes, 236 (63,4%) possuíam filhos, variando entre um e cinco ($m=1,78$; $dp=0,85$). Conforme indica a Tabela 1, a maioria dos participantes era casada oficialmente e não havia sido casada anteriormente.

Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos para o alcance dos objetivos propostos:

(a) Ficha sociodemográfica: questionário composto por 19 itens, especificamente elaborado para este estudo, investigando dados relativos à idade, sexo, escolaridade, tempo de relacionamento, situação conjugal, religião e outros;

(b) CTS2 - *Revised Conflict Tactics Scales*: concebida por Straus (1995) e adaptada para o português por Moraes *et al.* (2002), é um instrumento apresentado num modelo *checklist*, contendo 78 itens que descrevem possíveis ações do respondente e, reciprocamente, de seu/sua companheiro/a em que o participante assinala as respostas conforme a frequência das situações apontadas. É constituída por cinco dimensões que avaliam: (1) violência física; (2) agressão psicológica; (3) coerção sexual; (4) lesão corporal; (5) negociação. Considerando a violência física, Straus (1995) define tanto as agressões consideradas como menores (empurrar, agarrar, dar tapa, jogar objeto, torcer o braço e puxar o cabelo) quanto as graves (dar

Tabela 1. Frequências e percentuais das características sociodemográficas da amostra ($n=372$).
Table 1. Frequency and percentage of the sample's sociodemographic characteristics ($n=372$).

Características		<i>n</i>	%
Situação conjugal	Casados oficialmente	206	56,7
	Morando juntos	157	43,3
Casamento anterior	Sim	75	20,4
	Não	293	79,6
Filhos	Sim	236	63,8
	Não	134	36,2
Escolaridade	Sem instrução	2	0,6
	Fundamental	30	8,6
	Médio	145	41,4
	Superior (em andamento ou concluído)	173	49,4
Exerce atividade remunerada	Sim	305	85
	Não	54	15
Religião	Católica	251	69,9
	Evangélica	28	7,8
	Protestante	12	3,3
	Espirita	28	7,8
	Outra	18	5
	Sem religião	22	6,1
Quanto é religioso	Nada	39	10,5
	Pouco	107	28,9
	Médio	129	34,9
	Bastante	71	19,2
	Muito	24	6,5

soco, bater, chutar, jogar contra a parede, queimar ou esgaldar, usar uma faca ou arma de fogo). A agressão psicológica se caracteriza por ser menor (insultos, xingamentos, gritos, ofensas, ameaças e virar as costas em meio a uma briga) ou grave (ofender de feio, gordo, "ruim de cama" ou algo parecido, destruir objeto pessoal do companheiro). Coerção sexual menor refere-se à insistência em fazer sexo, sem utilização de força física, ou obrigar a ter relações sem preservativo, enquanto que a coerção sexual grave corresponde a ações de ameaças ou utilização de força e armas para coagir o parceiro a fazer sexo. Lesão corporal menor corresponde à ocorrência de torção, contusão, mancha roxa ou dores no corpo que duraram até o dia seguinte em função de uma briga, enquanto que a lesão corporal grave refere-se à necessidade de busca por auxílio médico após

uma briga ou ocorrência de desmaio e quebra de algum osso. Por sua vez, a negociação é definida como o conjunto de ações utilizadas com o objetivo de resolver uma discórdia por meio de argumentação racional, comunicação com afeto positivo ou expressão de sentimentos de cuidado e respeito pelo companheiro.

Procedimentos para coleta e análise de dados

Inicialmente, com a finalidade de atender às exigências éticas contempladas na resolução para pesquisas com seres humanos (Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde e CFP 026/2000), esse projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade do Vale do rio dos Sinos a fim de ser avaliado, tendo sua aprovação sob o parecer 11/129. Posteriormente

te, foram feitos contatos com os casais, convidando-os a responder a pesquisa. A aplicação dos instrumentos foi realizada concomitantemente no casal, na residência dos mesmos ou em local indicado por eles, na presença de um pesquisador.

Primeiramente, os participantes foram esclarecidos acerca dos cuidados éticos e então assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE). Cada cônjuge respondeu individualmente o questionário, sem conversar com o parceiro.

Os dados foram tratados de maneira sigilosa, sendo trabalhados através do pacote estatístico SPSS (*Statistical Package for Social Science 20.0*), levando em consideração os objetivos do estudo. Para isso, foram utilizadas análises inferenciais descritivas, a fim de analisar o comportamento das variáveis. A correlação entre violência, idade e tempo de casamento foi feita através da Correlação de *Pearson*. As diferenças conforme escolaridade e a renda foram analisadas através de Anova e a comparação por sexo e situação conjugal foi realizada através do Teste t de Student.

Apresentação e discussão dos resultados

Os índices de prevalência dos diferentes tipos de violência, baseados no autorrelato dos participantes, podem ser observados na Figura 1.

É possível visualizar que os índices de violência cometida pelos sujeitos variam de 2,74% de coerção sexual grave cometida pelos homens a 86,59% de agressão psicológica menor

cometida pelas mulheres. Os resultados apresentados chamam a atenção para os elevados índices da agressão psicológica, constituindo-se na principal manifestação de violência entre os casais participantes. Os índices de agressão psicológica encontrados no estudo são superiores aos relatados em outras pesquisas nacionais (Bruschi *et al.*, 2006; Lamoglia e Minayo, 2009; Miranda *et al.*, 2010; Vieira *et al.*, 2011). Com isso, pode-se questionar se o instrumento se mostrou muito sensível à identificação de agressão psicológica, maximizando a sua ocorrência, ou se, por outro lado, a agressão psicológica tem sido naturalizada nos relacionamentos conjugais, como se fosse uma estratégia para a resolução de conflitos (Bolze *et al.*, 2013; Mosmann e Falcke, 2011). Considerando que envolve ações como insultos, xingamentos, ofensas e ameaças, acredita-se que, mesmo estando presente na maioria dos relacionamentos conjugais avaliados, não se deve menosprezar a sua caracterização como violência e o impacto emocional que pode causar nos envolvidos.

No que tange às diferenças entre os sexos, encontrou-se diferença estatisticamente significativa em relação à coerção sexual menor ($t=4,604$; $gl=276$, $p<0,001$), indicando que homens cometem ($m=3,75$; $dp=1,31$) mais do que as mulheres ($m=3,23$; $dp=0,75$), e agressão psicológica grave ($t=2,081$; $gl=347$; $p=0,038$), apontando que mulheres cometem ($m=3,45$; $dp=0,93$) mais do que os homens ($m=3,27$; $dp=0,73$). Já com relação às dimensões de lesão corporal e violência física, não foram observadas diferenças estatísticas entre os sexos ($p>0,05$). Os resultados apontam diferença entre a forma de

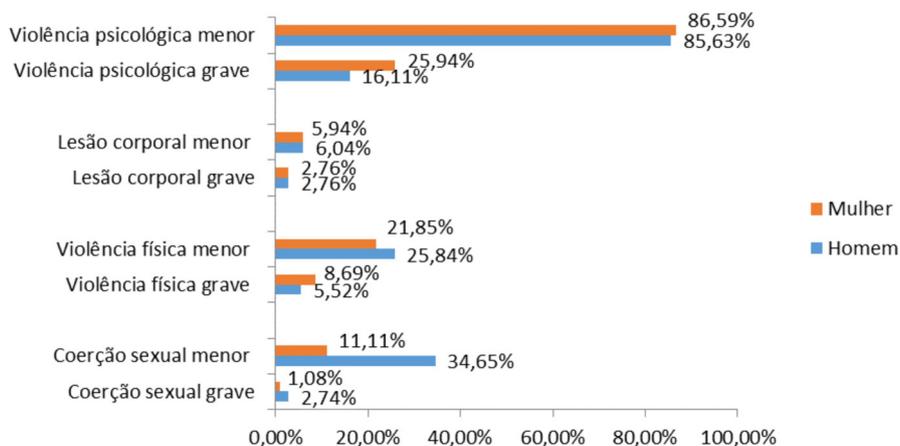


Figura 1. Porcentagem dos tipos de violência cometidas pelos sujeitos.

Figure 1. Percentage of types of violence committed by subjects.

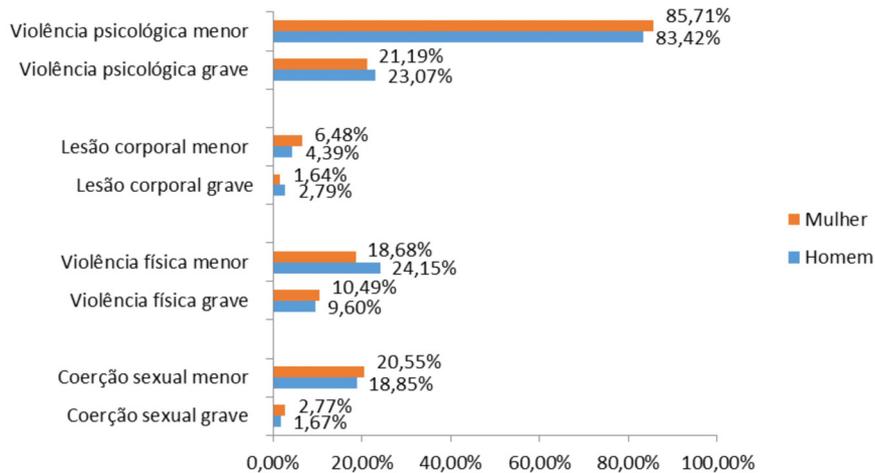


Figura 2. Porcentagem dos tipos de violência cometida pelos companheiros.
Figure 2. Percentage of types of violence committed by partners.

agressão perpetrada, em que homens utilizam em maior proporção as questões que envolvem o corpo e questões sexuais, enquanto as mulheres agridem preponderantemente de forma verbal e psicológica. Nesse sentido, ainda que ambos se identifiquem como vítimas e agressores, parece que a questão do gênero ainda desempenha importante papel em termos dos tipos de agressões perpetradas (Gomes *et al.*, 2012; Schraiber *et al.*, 2009).

Ao avaliar a percepção dos participantes frente às atitudes de violência cometida pelos companheiros contra eles, é possível observar índices que variam de 1,64% de lesão corporal grave sofrida pelos homens a 85,71% de agressão psicológica menor também sofrida por eles, conforme se observa na Figura 2.

No que se refere à percepção de violência perpetrada pelo companheiro, não foram encontradas diferenças significativas em relação ao sexo em nenhuma das dimensões ($p > 0,05$). Neste sentido, ratifica-se a responsabilização pelas práticas violentas atribuídas a ambos os cônjuges, evidenciando que não necessariamente o homem é o agressor e a mulher a vítima (Colossi e Falcke, 2013; Dantas-Berger e Giffin, 2005; Follingstad e Edmundson, 2010; Lamoglia e Minayo, 2009; Williams e Frieze, 2005).

Os dados foram analisados, ainda, no sentido de traçar um perfil dos casais em situação de violência, considerando os casos em que ela foi exercida somente pela esposa, somente pelo marido ou por ambos os cônjuges (Figura 3).

A partir das análises diádicas, constatou-se que a agressão psicológica menor foi a dimensão predominantemente bidirecional. A agres-

são psicológica grave e a violência física grave foram predominantemente unidirecionais, cometidas somente pelas esposas, enquanto que a coerção sexual grave e menor foi predominantemente unidirecional, cometida somente pelos maridos. Verifica-se que a violência não se apresenta necessariamente como mútua, mas que ambos os cônjuges podem assumir o papel de autor e/ou vítima na relação, conforme o tipo de violência perpetrada (Graña Gómez e Cuenca Montesino, 2014). Cabe destacar ainda que, como os diferentes tipos de violência costumam apresentar-se de forma concomitante, é possível que, em um casal, a esposa exerça um tipo de violência enquanto o marido exerce outro, o que permitiria conceber a mutualidade da violência.

Realizaram-se ainda associações entre as dimensões de violência e as variáveis socio-demográficas. A variável idade correlacionou-se com: violência física menor do sujeito ($r = -0,166$, $p = 0,002$), violência física menor do companheiro ($r = -0,138$, $p = 0,009$), agressão psicológica grave do sujeito ($r = -0,148$, $p = 0,005$), agressão psicológica grave do companheiro ($r = -0,134$, $p = 0,011$), agressão psicológica menor do sujeito ($r = -0,148$, $p = 0,006$) e agressão psicológica menor do companheiro ($r = -0,102$, $p = 0,054$). Os dados apontam que, quanto menor a idade, maiores são os índices de violência física menor e agressão psicológica maior e menor. Os resultados obtidos permitem referir que a maturidade emocional poderia levar o sujeito a refletir mais quando se depara com situações de conflito. Segundo Oliveira *et al.* (2009), o aumento da idade das pessoas está

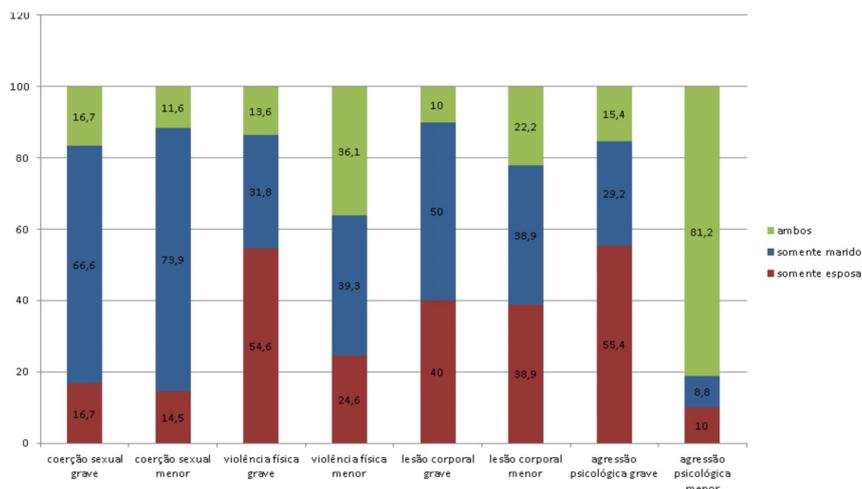


Figura 3. Porcentagem de violência uni e bidirecional.
Figure 3. Percentage of unidirectional and bidirectional violence.

associado ao desenvolvimento de maior tolerância e utilização de outros recursos para a resolução de seus conflitos que não seja necessariamente o ataque. Tais achados apontam para a importância de mapear as relações conjugais a partir do estabelecimento das primeiras relações íntimas, nas quais surge a possibilidade de ocorrência de experiências de vitimização e/ou perpetração da violência.

Por vezes, os jovens vivenciam violência no relacionamento e apresentam dificuldade em reconhecê-la como tal, pois julgam mais a ameaça pela perda do parceiro do que o sofrimento causado pelas agressões. Contribuindo para esta dificuldade de reconhecimento da violência, destacam-se as experiências de violência na família de origem, como vítima ou como testemunha, que parecem naturalizar a violência na vida adulta (Godbout *et al.*, 2009; Milner *et al.*, 2010; Noll *et al.*, 2009; Rodriguez *et al.*, 2006; Weisbart *et al.*, 2008). Diante disso, cabe destacar a importância de identificação de violência nas primeiras relações amorosas a fim de auxiliar o jovem casal na identificação do fenômeno e no desenvolvimento de estratégias de resolução de conflitos mais saudáveis, sem a necessidade de uso da violência.

O tempo de relacionamento não se correlacionou com violência física grave do companheiro ($r=-0,102$, $p=0,058$) e com relação à violência física menor do sujeito ($r=-0,101$, $p=0,06$). Já com relação ao número de filhos, foi possível observar correlação apenas com coerção sexual grave do companheiro ($r=0,141$, $p=0,032$), sugerindo que, quanto maior o número de filhos, maior a possibilidade do com-

panheiro perpetrar coerção sexual grave, o que corrobora o achado de Kronbauer e Meneghel (2005). Por outro lado, o mesmo estudo identificou que mulheres com 10 anos ou mais de união apresentaram índices maiores de violência, o que contraria os achados da presente pesquisa.

No que tange ao quanto o participante é religioso, mensurado em escala Likert de cinco pontos desde nada até muito religioso, constataram-se correlações relacionadas à: lesão corporal menor do sujeito ($r=-0,127$, $p=0,015$), agressão psicológica grave do sujeito ($r=-0,132$, $p=0,012$) e agressão psicológica grave do companheiro ($r=-0,142$, $p=0,007$). Os dados obtidos sugerem que, quanto mais praticante de religião o participante se considerou, menores os índices de lesão corporal, agressão psicológica grave cometida pelo sujeito e a agressão psicológica perpetrada pelo companheiro. Ainda, encontraram-se resultados significativos na comparação entre as diferentes práticas religiosas, no que se refere à agressão psicológica menor do companheiro ($F=2,628$, $gl=5$; $p=0,024$). Este dado aponta médias menores na religião Espírita ($m=6,96$; $dp=1,55$), em comparação com as demais: Católica ($m=8,11$; $dp=2,41$), Evangélica ($m=8,19$; $dp=2,15$), Sem Religião ($m=8,23$; $dp=3,28$), Outras ($m=9,27$; $dp=3,00$) e Protestante ($m=9,41$; $dp=3,55$). Neste sentido, ter algum credo religioso apresenta-se como um fator de proteção ao envolvimento em relações amorosas violentas, ratificando o estudo realizado por Faria e Seidl (2005), que refere a religião como promotora de suporte emocional, instrumental e informativo.

A variável escolaridade, analisada através de ANOVA, não apontou diferenças significativas em nenhuma dimensão de violência. Todavia, nessa análise deve-se considerar que a amostra foi muito homogênea no que se refere à escolaridade, sendo preponderantemente composta por participantes com nível superior de escolaridade (49,4%, n=173). A investigação prévia de Kronbauer e Meneghel (2005) revelou associação entre baixa escolaridade e maiores índices de violência conjugal.

No mesmo sentido, estudos apontam que a dificuldade financeira se apresenta como um fator desencadeador da violência (d'Oliveira *et al.*, 2009; Von Eye e Bogat, 2006). Nesta pesquisa, a variável renda também foi analisada e correlacionou-se com agressão psicológica grave do sujeito ($r = -0,132$, $p = 0,020$) e do companheiro ($r = -0,108$, $p = 0,058$). Os referidos dados sugerem que, quanto menor a renda, maior a ocorrência de agressão psicológica grave. O estudo de Oliveira *et al.* (2009) também identificou que a baixa renda está associada às questões de violência na conjugalidade, concluindo que a pobreza familiar, associada à baixa escolaridade, pode tornar-se fator preditivo de relações violentas. Os dados apontam ainda diferença significativa nos índices de violência física menor do sujeito ($t = 2,209$, $gl = 119$; $p = 0,029$) conforme sua situação de trabalho, indicando médias menores de violência física por parte dos sujeitos que não exercem atividade remunerada ($m = 5,38$; $dp = 1,0$) em comparação aos remunerados ($m = 5,76$; $dp = 1,76$). Neste sentido, o presente estudo corrobora os achados de Kronbauer e Meneghel (2005), que apontam para a possível condição de empoderamento financeiro como aspecto relacionado a maiores práticas de violência.

Em relação à situação conjugal, analisada através do teste t, verificou-se que houve índice mais elevado de coerção sexual menor perpetrada pelo companheiro ($t = -2,209$; $gl = 293$; $p = 0,028$) nos casais que moram juntos ($m = 3,55$; $dp = 1,08$), quando comparados aos que são casados oficialmente ($m = 3,30$; $dp = 0,91$). Pode-se apontar, com esse achado, que os casais que são legalmente casados apresentam índices menores de violência. Esses dados permitem questionar a importância de oficialização das relações conjugais, já que o ritual do casamento permite aos cônjuges uma aceitação emocional diferenciada, se comparada aos casais que coabitam, mas não oficializam a relação em caráter legal e/ou religioso. Os achados do presente estudo reforçam dados da literatura

que apontam o ritual do casamento como possível fortalecedor de laços emocionais do casal (Lopes *et al.*, 2006).

A partir dos dados apresentados, destaca-se a violência conjugal como um fenômeno multifacetado, marcado pela associação de diferentes aspectos. Nesta perspectiva, o presente estudo destaca os elevados índices da agressão psicológica, em relação a homens e mulheres, ainda que os homens tenham revelado uso preponderante de violência que envolve o corpo e questões sexuais, enquanto as mulheres demonstraram agredir preponderantemente de forma verbal e psicológica. Verificou-se, ainda, a violência conjugal associada a aspectos que envolvem baixa renda, maior número de filhos e menor vivência religiosa. Ainda, casais que não oficializaram a união conjugal e com menor tempo de relacionamento amoroso revelaram-se como mais vulneráveis às vivências de violência.

Considerações finais

Os resultados apresentados levantam questionamentos acerca da prevalência da violência nos casais e reforçam estudos anteriores que indicam a agressão psicológica como altamente prevalente nas relações conjugais. É possível que os altos índices evidenciados nesta pesquisa revelem o quanto a agressão psicológica conjugal se apresenta naturalizada nos relacionamentos, em muitos casos, nem sendo reconhecida como violência propriamente dita, mas entendida como uma estratégia de resolução de conflitos, em que os cônjuges a utilizam para alcançar seus objetivos pessoais no relacionamento. Considera-se que esses resultados revelam a necessidade de que se reconheça que insultos, xingamentos e ameaças são práticas de violência e precisam ser evitadas pelos casais, considerando as possíveis repercussões emocionais que podem desencadear. Os resultados evidenciaram também que a agressão psicológica menor foi a dimensão de violência que se apresentou predominantemente com caráter bidirecional, enquanto que a coerção sexual (grave e menor) foi predominantemente exercida pelos homens e a agressão psicológica grave, pelas mulheres. Esses dados remetem à necessidade de novos estudos que se dediquem a analisar o papel da variável gênero nas manifestações de violência na conjugalidade, pois, nesta investigação, evidenciou-se que a violência não se apresenta necessariamente como mútua nos relaciona-

mentos, mas que ambos os cônjuges podem assumir o papel de autor e/ou vítima na relação, conforme o tipo de violência perpetrada.

Os dados obtidos com o presente estudo permitem ainda apontar para aspectos de proteção à violência no casal, bem como para aspectos que favorecem o estabelecimento do fenômeno, constituindo-se em fatores de risco. A condição socioeconômica baixa apresenta-se relacionada ao estabelecimento da violência na conjugalidade. Nesta perspectiva, a elaboração e execução de políticas públicas que contribuam para a melhor qualidade de vida dos casais, no que tange à obtenção de melhores condições de renda, parecem contribuir para a mudança desta situação. Contudo, é certo que este é apenas mais um aspecto que compõe o referido cenário e que pode estar vinculado à situação de trabalho, uma vez que exercer atividade remunerada, e conseqüentemente o maior poder que isso pode representar, esteve associado a maior ocorrência de violência.

Na mesma direção, favorecer o planejamento familiar pode constituir-se, igualmente, em outro fator contribuinte para minimizar os índices de violência, já que o maior número de filhos parece representar maior dificuldade na vida e na dinâmica do casal, com relação aos compromissos e responsabilidades que a vida familiar impõe. Diante disso, medidas de orientação e acompanhamento a jovens casais também parecem constituir-se em uma estratégia de prevenção à violência, já que os dados apresentados revelam que o início das relações se apresenta como um período mais propenso ao estabelecimento da conjugalidade violenta, podendo perpetuar-se ao longo dos anos seguintes. Considerando o rompimento do ciclo da violência, a realização de intervenções nos primeiros sinais de disfuncionalidade conjugal pode constituir-se em uma intervenção de caráter secundário para os cônjuges da geração atual, ao mesmo tempo em que pode prevenir primariamente as gerações futuras.

Diante do exposto, a partir da descrição da violência e dos aspectos que se relacionam a ela, é possível refletir sobre aspectos relacionados ao estabelecimento da violência conjugal, que se mostram relevantes no sentido de indicar direções no estabelecimento de intervenções concernentes à realidade conjugal apresentada. Ao considerar as possibilidades de intervenção, torna-se imperativo o mapeamento dos casos, a fim de identificar a magnitude do fenômeno. Neste sentido, o presente

estudo pretende subsidiar reflexões acerca da temática bem como a elaboração de micropolíticas capazes de contribuir para a transformação desta realidade. Não tem a pretensão de generalizar os dados encontrados, especialmente porque uma das limitações do estudo foi trabalhar com uma amostra que se caracterizou por escolaridade e renda superiores às da população em geral. Nesse sentido, incentivava-se a realização de novos estudos acerca do tema, com metodologias, participantes e delineamentos diversos. Busca-se, contudo, destacar a relevância do fenômeno e a importância de considerar o sofrimento causado a todos os envolvidos nas relações violentas, não apenas ao casal, mas também aos filhos, que vivem a realidade violenta e podem levar para seus futuros relacionamentos o modelo relacional aprendido.

Referências

- ALVES, R.A.; PINTO, L.M.N.; SILVEIRA, A.M.; OLIVEIRA, G.L.; MELO, E.M. 2012. Homens, vítimas e autores de violência: a corrosão do espaço público e a perda da condição humana. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 16(43):871-883.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832012005000049>
- ANACLETO, A.J.; NJAINE, K.; LONGO, G.Z.; BOING, A.F.; PERES, K.G. 2009. Prevalência e fatores associados à violência entre parceiros íntimos: um estudo de base populacional em Lages, Santa Catarina, Brasil, 2007. *Caderno de Saúde Pública*, 25(4):800-808.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2009000400011>
- BASHAM, K. 2008. Homecoming as safe haven or the new front: Attachment and detachment in military couples. *Clinical Social Work Journal*, 36(1):83-96.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10615-007-0138-9>
- BATES, E.A.; GRAHAM-KEVAN, N.; ARCHER, J. 2013. Testing predictions from the male control theory of men's partner. *Aggressive Behavior*, 40(1):42-55. <http://dx.doi.org/10.1002/ab.21499>
- BERNARDS, S.; GRAHAM, K. 2013. The cross-cultural association between marital status and physical aggression between intimate partners. *Journal of Family Violence*, 28(4):403-418.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-013-9505-1>
- BOLZE, S.D.A.; SCHMIDT, B.; CREPALDI, M.A.; VIEIRA, M.L. 2013. Relacionamento conjugal e táticas de resolução de conflito entre casais. *Atualidades em Psicologia*, 27(114):71-85.
<http://dx.doi.org/10.15517/ap.v27i114.4828>
- BRUSCHI, A.; PAULA, C.S.; BORDIN, I.A. S. 2006. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. *Revista de Saúde Pública*, 40(2):256-264.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102006000200011>

- CASIMIRO, C. 2008. Violências na conjugalidade: a questão da simetria do gênero. *Análise Social*, **XLIII**(43):579-601.
- COLOSSI, P.M.; FALCKE, D. 2013. Gritos do silêncio: a violência psicológica no casal. *Psico*, **44**(3):310-318.
- CORNELIUS, T.L.; SULLIVAN, K.T.; WYNGARDEN, N.; MILLIKEN, J.C. 2009. Participation in prevention programs for dating violence: beliefs about relationship violence and intention to participate. *Journal of Interpersonal Violence*, **24**(6):1057-1078.
<http://dx.doi.org/10.1177/0886260508319363>
- CORTEZ, M.B.; SOUZA, L.; QUEIROZ, S.S. 2010. Violência entre parceiros íntimos: uma análise racional. *Revista Psicologia Política*, **10**(20):227-243.
- D'OLIVEIRA, A.F.P.L.; SCHRAIBER, L.B.; FRANÇA-JUNIOR, I.; LUDERMIR, A.B.; PORTELLA, A.P.; DINIZ, C.S.; COUTO, M.T.; VALENÇA, O. 2009. Fatores associados à violência por parceiro íntimo em mulheres brasileiras. *Revista de Saúde Pública*, **43**(2):299-311.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102009005000013>
- DANTAS-BERGER, S.M.; GIFFIN, K. 2005. A violência nas relações de conjugalidade: Invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cadernos de Saúde Pública*, **21**(2):417-425.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000200008>
- DAY, V.P.; TELLES, L.E.B.; ZORATO, P.H.; AZAMBUJA, M.R.F.; MACHADO, D.A.; SILVEIRA, M.B. 2003. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, **25**(25):9-21.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-81082003000400003>
- FALCKE, D.; OLIVEIRA, D.Z.; ROSA, L.W.; BENTANCUR, M. 2009. Violência conjugal: um fenômeno interacional. *Contextos Clínicos*, **2**(2):81-90. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v2n2/v2n2a02.pdf>. Acesso em: 10/03/2014.
- FARIA, J.B.; SEIDL, E.M.F. 2005. Religiosidade e enfrentamento em contextos de saúde e doença: revisão da literatura. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, **18**(3):381-389.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-79722005000300012>
- FOLLINGSTAD, D.R.; EDMUNDSON, M. 2010. Is psychological abuse reciprocal in intimate relationships? Data from a national sample of American adults. *Journal of Family Violence*, **25**(5):495-508.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-010-9311-y>
- GODBOUT, N.; DUTTON, D.G.; LUSSIER, Y.; SABBOURIN, S. 2009. Early exposure to violence, domestic violence, attachment representations, and marital adjustment. *Personal Relationships*, **16**(3):365-384.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1475-6811.2009.01228.x>
- GOMES, N.P.; GARCIA, T.C.S.; CONCEIÇÃO, C.R.; SAMPAIO, P.O.; ALMEIDA, V.C.; PAIXÃO, G.P.N. 2012. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, **36**(95):514-522.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042012000400003>
- GRAÑA GÓMEZ, J.L.; CUENCA MONTESINO, M.L. 2014. Prevalence of psychological and physical intimate partner aggression in Madrid (Spain): a dyadic analysis. *Psicothema*, **26**(3):343-348.
- GUIMARÃES, F.; MACIEL, S.A.B.; SILVA, E.C. 2007. Mas ele diz que me ama: cegueira relacional e violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, **23**(4):481-482.
<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-37722007000400015>
- HIRIGOYEN, M.F. 2006. *A violência no casal: da coação psicológica à agressão física*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 256 p.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 1999. *Resolução de conflitos domésticos e violência intrafamiliar nos bairros da Tijuca e do Maracanã*. Relatório de Pesquisas, no. 4. Rio de Janeiro, CDDI/IBGE, 73 p.
- KAYE, D.K.; MIREMBE, F.M.; BANTEBYA, G.; JOHANSSON, A.; EKSTROM, A.M. 2006. Domestic violence during pregnancy and risk of low birth-weight and maternal complications: a prospective cohort study at Mulago Hospital, Uganda. *Tropical Medicine & International Health*, **11**(10):1576-1584.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1365-3156.2006.01711.x>
- KIM, H.K.; LAURENT, H.K.; CAPALDI, D.M.; FEINGOLD, A. 2008. Men's aggression toward women: A 10-year panel study. *Journal of Marriage and the Family*, **70**(5):1169-1187.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1741-3737.2008.00558.x>
- KRONBAUER, J.F.; MENEGHEL, S.N. 2005. Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista de Saúde Pública*, **39**(5):695-701.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102005000500001>
- LAMOGLIA, C.V.A.; MINAYO, M.C.S. 2009. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: Estudo em uma delegacia do interior do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, **14**(2):595-604.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000200028>
- LEVY, L.; GOMES, I.C. 2008. Relação conjugal, violência psicológica e complementaridade fusional. *Psicologia Clínica*, **20**(2):163-172.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000200012>
- LIRA, L.R.; MÉNDEZ, M.T.S. 2008. ¿Violencia episódica o terrorismo íntimo? Una propuesta exploratoria para clasificar la violencia contra la mujer en las relaciones de pareja. *Salud Mental*, **31**(6):469-478.
- LOPES, R.C.S.; MENEZES, C.; SANTOS, G.P.; PICCININI, C.A. 2006. Ritual de casamento e planejamento do primeiro filho. *Psicologia em Estudo*, **11**(1):55-61.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000100007>
- MARTÍNEZ, V.T.P.; MARÍN, Y.H. 2009. La violencia psicológica de género, una forma encubierta de agresión. *Revista Cubana de Medicina General Integral*, **25**(2):1-7.
- MATHIAS, A.K.R.A.; BEDONE, A.J.; OSIS, M.J.D.; FERNANDES, A.M.S. 2013. Prevalência da violência praticada por parceiro masculino entre mulheres usuárias da rede primária de saúde do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetria*, **35**(4):185-191.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-72032013000400009>

- MILNER, J.S.; THOMSEN, C.J.; CROUCH, J.L.; RABENHORST, M.M.; MARTENS, P.M.; DYSLIN, C.W.; MERRILL, L.L. 2010. Do trauma symptoms mediate the relationship between childhood physical abuse and adult child abuse risk? *Child Abuse and Neglect*, **34**(5):332-344.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.chiabu.2009.09.017>
- MIRANDA, M.P.M.; PAULA, C.S.; BORDIN, I.A. 2010. Violência conjugal física contra a mulher na vida: prevalência e impacto imediato na saúde, trabalho e família. *Revista Panamericana de Salud Pública*, **27**(4):300-308.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1020-49892010000400009>
- MONTEIRO, C.F. DE S.; SOUZA, I.E.O. 2007. Vivência da violência conjugal: fatos do cotidiano. *Texto & Contexto – Enfermagem*, **16**(1):26-31.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072007000100003>
- MORAES, C.L.; HASSELMANN, M.H.; REICHENHEIM, M. 2002. Adaptação transcultural para o português do instrumento “Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)” utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, **18**(1):163-176.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017>
- MOSMANN, C.; FALCKE, D. 2011. Conflitos conjugais: motivos e frequência. *Revista SPAGESP*, **12**(2):5-16.
- NOLL, J.G.; TRICKETT, P.K.; HARRIS, W.W.; PUTNAM, F.W. 2009. The cumulative burden borne by offspring whose mothers were sexually abused as children: Descriptive results from a Multigenerational Study. *Journal of Interpersonal Violence*, **24**(3):424-449.
<http://dx.doi.org/10.1177/0886260508317194>
- OLIVEIRA J.B.; LIMA M.C.P.; SIMÃO M.O.; CAVARIANI M.B.; TUCCI A.M.; KERR-CORRÊA, F. 2009. Violência entre parceiros íntimos e álcool: prevalência e fatores associados. *Revista Panamericana de Salud Pública*, **26**(6):494-501.
<http://dx.doi.org/10.1590/s1020-49892009001200004>
- PAIVA, C.; FIGUEIREDO, B. 2004. Abuso no relacionamento íntimo: estudos de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psicologica*, **36**:75-107.
- PINHEIRO, I.R.; CREPALDI, M.A.; CRUZ, R.M. 2012. Entendeu ou quer que eu desenhe? Transições familiares através da visão sistêmica. *Fractal: Revista Psicologia*, **24**(1):175-192. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922012000100012&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 10/03/2014.
- RODRIGUEZ, E.M.; MENDOZA, M.R.; DURAND-SMITH, A.; BERMÚDEZ, E.C.; HERNÁNDEZ, G.S. 2006. Experiencias de violencia física ejercida por la pareja en las mujeres en reclusión. *Salud Mental*, **29**(2):59-67.
- ROSA, A.G.; BOING, A.F.; BÜCHELE, F.; OLIVEIRA, W.F.; COELHO, E.B.S. 2008. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc. São Paulo*, **17**(3):152-160.
- SANTOS, L.V.; COSTA, L.F. 2004. Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, **6**(1):59-72.
- SCHRAIBER, L.B.; D’OLIVEIRA, A.F.P.L.; PORTIELLA, A.P.; MENICUCCI, E. 2009. Violência de gênero no campo da saúde coletiva: conquistas e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, **14**(4):1019-1027. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232009000400009&script=sci_arttext. Acesso em: 10/03/2014.
- SILVA, S.S.C.; LIMA, L.C.; PONTES, F.A.R.; BUCHER-MALUSCHKE, J.S.N.F.; SANTOS, T.M. 2011. Qualidade conjugal: estudo de caso de ribeirinhos na Amazônia. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, **4**(1):50-59.
- SOARES, B.M. 2006. A violência doméstica e as pesquisas de vitimização. In: Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, II, Rio de Janeiro. *Anais...* Disponível em: www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF_705_01.pdf. Acesso em: 10/03/2014.
- STRAUS, M.A. 2008. Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review*, **30**(3):252-275.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.childyouth.2007.10.004>
- STRAUS, M.A. 1995. *Manual for the conflict tactics scales*. Durham, Family Research Laboratory/University of New Hampshire, 33 p.
- STRAUS, M.A.; HAMBLY, S.L.; BONEY-MCCOY, S.; SUGARMAN, D.B. 1996. The revised conflict tactics scales (CTS2): development and preliminary psychometric data. *Journal of Family Issues*, **17**(3):283-316.
<http://dx.doi.org/10.1177/019251396017003001>
- TICHY, L.L.; BECKER, J.V.; SISCO, M.M. 2009. The downside of patriarchal benevolence: Ambivalence in addressing domestic violence and socio-economic considerations for women of Tamil Nadu, India. *Journal of Family Violence*, **24**(8):547-558.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-009-9253-4>
- TRINDADE, R.F.C.; ALMEIDA, A.M.; ROZENDO, C.A. 2008. Infidelidade masculina e violência doméstica: vivência de um grupo de mulheres. *Ciencia y Enfermería*, **14**(2):39-46.
- VATNAR, S.K.B.; BJORKLY, S. 2009. Interactional aspects of intimate partner violence result in different help-seeking behaviors in a representative sample of women. *Journal of Family Violence*, **24**(4):231-241.
<http://dx.doi.org/10.1007/s10896-009-9224-9>
- VIEIRA, E.M.; PERDONA, G.S.C.; SANTOS, M.A. 2011. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, **45**(4):730-737.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000400013>
- VON EYE, A.; BOGAT, G.A. 2006. Mental health in women experiencing intimate partner violence as the efficiency goal of social welfare functions. *International Journal of Social Welfare*, **15**(1):S31-S40.
<http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2397.2006.00442.x>

WILLIAMS, S.L.; FRIEZE, I.H. 2005. Patterns of violent relationships, psychological distress, and marital satisfaction in a national sample of men and women. *Sex Roles*, **52**(11/12):771-784.

<http://dx.doi.org/10.1007/s11199-005-4198-4>

WEISBART, C.E.; THOMPSON, R.; PELAEZ-MERRICK, M.; KIM, J.; WIKE, T.; BRIGGS, E.; DU-

BOWITZ, H. 2008. Child and adult victimization: Sequelae for female caregivers of high-risk children. *Child Maltreatment*, **13**(3):235-244.

<http://dx.doi.org/10.1177/1077559508318392>

Submetido: 29/03/2014

Aceito: 07/01/2015